

# II PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE

Resultados da auscultação PNJ

---

Seminários e Painéis de Jovens



novembro de 2021

# Índice

1. Painéis de Jovens e Seminários.....	3
1.1. Sobre o contributo dos jovens.....	3
1.2 Sobre os/as jovens .....	4
1.2.1 O Presente da Juventude Portuguesa .....	4
1.2.2 O Futuro da Juventude Portuguesa.....	4
1.3 Sobre o PNJ.....	4
1.3.1 Grandes áreas para o novo PNJ.....	4
1.3.2 Contributos para o novo PNJ.....	4
1.4 Sobre o impacto da pandemia na juventude.....	12

# 1. Painéis de Jovens e Seminários

Os painéis de jovens e os seminários foram realizados em modelo não presencial, através de videoconferências divididas por região, com a seguinte calendarização:

## Painéis de Jovens

- 26 de julho de 2021: região Alentejo
- 28 de julho de 2021: região de Lisboa e Vale do Tejo
- 28 de julho de 2021: região Centro
- 30 de julho de 2021: região Norte
- 26 de julho de 2021: região do Algarve

## Seminários

- 23 de julho de 2021: região Alentejo
- 26 de julho de 2021: região Algarve
- 27 de julho de 2021: região Lisboa e Vale do Tejo
- 28 de julho de 2021: região Norte
- 29 de julho de 2021: região Centro
- 23 de novembro de 2021: RA Madeira
- 26 de novembro de 2021: RA Açores

### 1.1. Sobre o contributo dos jovens

Dentro das opiniões mais críticas, e geradoras de debate, encontram-se predominantemente as seguintes ideias:

- Falta de representatividade dos jovens e dos interesses da juventude
- Dificuldades na implementação, ou a ideia de que o que funciona no papel raramente funciona na prática: “boas ideias, dificuldades na implementação”;
- Desigualdades regionais ou sub-regionais: nomeadamente acessibilidades e ofertas existentes;
- Falhas na divulgação e comunicação dispersa das informações aos/às jovens.

## 1.2 Sobre os/as jovens

### 1.2.1 PRESENTE DA JUVENTUDE PORTUGUESA

- **Inovação e criatividade:** a inovação foi a palavra de ordem do debate, elogiada a vontade de inovar e de mudar, lamentada a falta de vontade de inovar de muitos.
- **Incerteza perante o futuro desconhecido:** para o que concorre “altas rendas, altas propinas, baixos salários”, ou “falta de oportunidades de trabalho”.
- **Falta de apoio, encaminhamento e valorização por parte da restante sociedade:** “a juventude portuguesa não tem menor potencial do que qualquer juventude mas diferencia-se pela falta de recursos para que possa assumir um papel de destaque no desenvolvimento do país”.

### 1.2.2 O FUTURO DA JUVENTUDE PORTUGUESA

- **A necessidade de mudança:** Manifestada a necessidade de maior pensamento crítico, envolvimento na comunidade, participação, e luta por direitos e valores. Entre estes últimos, sobressai a necessidade de maior igualdade e inclusão e as preocupações ambientais.

## 1.3 Sobre o PNJ

### 1.3.1 Grandes áreas para o novo PNJ

- A educação, o emprego jovem e as oportunidades de início de carreira foram o grande objeto de discussão. Teve igualmente lugar um forte debate o (falta de) acesso à habitação.
- Desigualdades sentidas pela juventude portuguesa, a considerar pelo novo PNJ:
  - ✓ Desigualdade de oportunidades em territórios de baixa densidade (diferentes oportunidades a vários níveis: educação e acesso ao ensino superior, emprego, cultura, saúde, acesso à informação).
  - ✓ Desigualdades no acesso à mobilidade e transportes entre concelhos e entre zonas urbanas e zonas rurais.

### 1.3.2 Contributos para o novo PNJ

- Entre as sugestões de contributos, destacaram-se ideias muito concretas para melhoria da oferta educativa, especialmente em ambiente escolar, e/ou de preparação para a vida adulta:

- **Incentivos à natalidade**, nomeadamente, rever políticas públicas de apoio às famílias (pecuniários, licenças, estruturas de apoio) e zelar pela conciliação entre a vida pessoal e profissional.
- **Investimento na comunicação** e transmissão de informação, tanto acerca do próprio PNJ como de outras iniciativas, formas de dinamização da juventude e apoios existentes.
- **Estímulo à cidadania** e ao envolvimento dos jovens na sua comunidade e na sociedade, assim como garantir a representatividade dos/as jovens nos órgãos de decisão a nível local e nacional.
- **Investimento na Participação**, em termos de governança importa investir na participação jovem enquanto processo sistemático e regular e ainda na aproximação do poder local aos jovens (assembleias municipais de juventude; conselhos municipais de juventude...).

**Desenvolvimento de trabalho regular**, nomeadamente com as escolas, promovendo a aplicação de metodologias de ENF (na formação de educadores/ professores e articular com associações e técnicos locais) e otimizando espaços como seja a Disciplina de Educação para a Cidadania para aprofundar conteúdos que devam estar na ordem do dia (ambiente; direitos humanos, igualdade, inclusão...) e que promovem a participação dos jovens.

Ainda nesta área é apontado o necessário **reconhecimento e apoio aos/às** jovens que se distingam do ponto de vista da participação cívica, no âmbito escolar e fora desta (ex: bolsas, majoração ensino superior, distinções honrosas).

**Desenvolvimento de projetos e atividades** que promovam a participação e envolvimento dos jovens (OPJ; Feiras de associativismo e grupos de debates para determinadas problemáticas).

No sentido de promover um exercício pleno de direitos, importa ainda **divulgar as diversas estruturas de apoio e informação** ao/à cidadão/ã.

Dinamizar espaços públicos destinados à juventude como sejam as Casas de juventude.

- Maior apoio e repensar a política de **habitação jovem** a diferentes níveis: aquisição de casa, arrendamento Jovem e alojamento estudantil.

Muito evidente em todas as propostas a necessidade de habitação jovem a custo controlado e rendas acessíveis.

Relativamente ao arrendamento entre as medidas apontadas constam tornar mais fácil o acesso ao mesmo, assim como a introdução de medidas que incentivem ao arrendamento (ex<sup>o</sup> benefícios

fiscais). No que respeita ao Porta 65 propõe-se revisão condições de acesso e manutenção do apoio, redução de burocracias, alargamento de beneficiários e revisão de tabelas.

Relativamente à aquisição de casa são defendidas melhores condições no acesso ao crédito, como sejam bonificações e percentagem de cobertura dos empréstimos.

Quanto ao alojamento estudantil é enfatizada a necessidade de estar salvaguardada a todos/as os/as alunos/as o alojamento estudantil, e portanto a maior capacidade de alojamento e apoios para os/as alunos/as que não conseguem aceder às residências, bem como, a disponibilização de um Portal com informação centralizada, sobre a habitação para estudantes.

Em todos os casos é dado destaque há necessidade de medidas que contrariem a especulação imobiliária.

- Mais apoios (financeiros ou formativos) específicos para **grupos específicos de jovens**, tais como estudantes atletas, jovens sem o ensino obrigatório com necessidade de formação diferenciada, ou jovens agricultores.
- Esbater as **Desigualdade de oportunidades em territórios de baixa densidade**
  - ✓ Dinamização do mercado de trabalho de forma a promover a fixação de jovens (diversificação e inovação económica local)
  - ✓ Proximidade de serviços aos/às cidadãos/ãs no interior, nomeadamente saúde, educação e transportes
- **Mais apoios** do estado aos jovens, sobretudo no que respeita à habitação, ao pagamento de **propinas, ao emprego jovem, e à saúde** e a adoção de medidas de **combate à precariedade** e reforço de estabilidade do emprego e habitação;
- Entre as medidas apontadas para o **emprego**, nomeadamente, de acesso ao mercado de trabalho constam, estruturas de proximidade para apoio à inserção no mercado de trabalho, assim como estágios profissionais.

São identificadas medidas de combate à precariedade constam o apoio à contratação definitiva, a fiscalização de situações como sejam a correspondência habilitações/remunerações; o despedimento quando estão em causa condições de trabalho ou de remuneração; incumprimento de questões associadas à parentalidade.

Foi identificada a necessidade de promover a integração e valorizar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, e impedir que lhes sejam retirados direitos, nomeadamente em termos de regimes de proteção social (exº ADSE) quando realizados trabalhos pontuais ou de part-time, com remunerações residuais inferiores ao ordenado mínimo (muitas vezes vindos de situações precárias e indefinidas).

Referida ainda a necessidade da existência de uma bolsa destinada a jovens que pretendam, nos períodos de tempos livres, ter um primeiro contacto com a realização de pequenas tarefas laborais.

Nesse sentido, surgiu a necessidade de realizar parcerias entre as universidades e autarquias e outras entidades locais receber estudantes "teses mestrado/ estágio".

É apontada a melhoria da acessibilidade dos jovens portadores de deficiência ao ensino e mercado de trabalho e a promoção da literacia relativa a legislação laboral, assim como outras matérias de natureza fiscal e contabilística.

- **Maior investimento na área da saúde**, nomeadamente saúde mental, sexualidade e estilos de vida saudáveis

Na área da **saúde mental juvenil**, foram identificadas como prioritárias a referenciação e Intervenção nas escolas e fora desta, nomeadamente dotar as escolas com gabinetes de saúde mental com intervenção direcionada a todos os níveis de escolaridade, assim como uma criação de rede intermunicipal/municipal de organismos e entidades locais para desenvolvimento de ações de sensibilização; acompanhamento e referenciação. Foram ainda identificados o desenvolvimento de programas/projetos de intervenção na área da saúde mental; o apoio e acompanhamento às famílias (formação, espaços de consulta e aconselhamento) e ainda a criação de linha de apoio à saúde mental e outros projetos a desenvolver via redes.

No que respeita à **sensibilização para a adoção de estilos de vida saudáveis**, foram referidos os seguintes pontos:

- ✓ Aprofundar o conhecimento desta realidade nos jovens em Portugal e realização de campanhas sensibilização para os estilos de vida e comportamentos saudáveis nas suas múltiplas dimensões.
- ✓ Os comportamentos aditivos em si, e problemáticas associadas como o duplo diagnóstico;
- ✓ Disseminar a prática desportiva na população juvenil através de uma maior articulação entre escolas e clube, assim como através de uma maior oferta do desporto escolar.

- No que respeita à **Ocupação de Tempos Livres** foi defendida uma ampla cobertura de OTL, assim como promoção de intercâmbios e campos de férias. Foi ainda assinalada a experimentação das várias expressões artísticas. Foi ainda referida a dinamização de espaços para a juventude (estudo, desenvolvimento de projetos; formações; convívio e lazer)

- Na área da **sexualidade**, foi identificada a necessidade de uma comunicação mais eficaz, com maior articulação entre o Serviço Nacional de Saúde e as Escolas, para uma sensibilização à temática e prevenção de questões associadas. Foi igualmente assinalada a necessidade de uma estratégia única de divulgação de recursos existentes, bem como a necessidade de formação na área da Sexualidade, assim como das problemáticas associadas, quer aos/às jovens em geral, à comunidade escolar em particular, forças de segurança e outros profissionais.

Ainda na área da sexualidade foi identificada a necessidade de trabalhar a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (campanhas, alargamento de aconselhamento, divulgar os pontos de testagem de DST), assim como o combate à discriminação e discursos de ódio, nomeadamente da comunidade LGBTI.

- **Promoção do Desporto**

No que respeita à vida ativa e à prática desportiva propriamente dita, foi identificada a necessidade de dinamizar a oferta desportiva em espaços de ar livre dirigido a jovens e famílias, nomeadamente oferta de parques, com máquinas de desporto.

Foi ainda identificada a necessidade de alargar o Desporto Escolar, no sentido de garantir o acesso ao desporto gratuito.

No que respeita à prática desportiva, foram apontados os apoios aos atletas de alta competição (nas múltiplas dimensões da vida como sejam a conciliação com escola; na profissão e apoios para o desenvolvimento da respetiva prática desportiva propriamente dita).

Referiu-se a necessidade de incrementar o apoio a jovens carenciados e ao desporto inclusivo

Apontada a necessidade de divulgação de modalidades mais desconhecidas, assim como do desporto feminino.

É ainda de realçar a necessidade de dinamizar a prática desportiva de jovens portadores de deficiência (clubes e escolas-desporto adaptado).

- **Na área da Educação**, surgem quer o ensino formal quer o ensino não formal.

À escola é apontada a necessidade de **modernização do ensino** no sentido da adaptação aos perfis educativos não tradicionais; de um currículo mais flexível e capaz de adaptação às necessidades dos alunos e a promoção do digital e inovação de conteúdos.

É igualmente referenciado o alargamento do acompanhamento vocacional a todos/as os/as alunos/as do ensino secundário.



No **Ensino profissional** é defendida a sua dinamização e valorização (Estreitar a relação IEFP/ANQEP; articulação entre áreas de formação/empresas e Recursos; mapeamento necessidades e ofertas locais);

No **Ensino Superior** é identificada a necessidade de aprofundar a dimensão prática aos currículos, assim como a revisão do acesso ao ensino superior, atento a outros aspetos que não apenas a média obtida (currículo não académico e outras avaliações de cariz pessoal e social).

Pretendem-se maiores apoios no acesso ao ensino superior (no sentido de uma efetiva uma igualdade de oportunidades), nomeadamente, propinas e apoio à habitação a estudantes universitários através de maior cobertura de residências universitárias, ou de apoio pecuniário.

É ainda de valorizar as necessidades de conhecimentos técnicos específicos de cada região/localidade, garantindo uma maior articulação entre oferta formativa e necessidades geográficas e recursos locais.

No âmbito do **Ensino Não Formal** é sugerida maior conciliação entre EF e ENF quer ao nível de projetos, quer ao nível do método de aprendizagem formal, bem como uma maior articulação através de rede local de parceiros (ex<sup>o</sup> capacitação de professores, ou parcerias locais com entidades locais), assim como da certificação de competências adquiridas no âmbito da educação não formal e respetivo reconhecimento.

Sugere-se ainda a otimização da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento para aquisição de competências pessoais em ambiente escolar, como sejam os Direitos Humanos, a igualdade de género; a participação e cidadania ativa; a gestão da vida quotidiana e outras matérias.

Pretende-se ainda desenvolver e potenciar o acesso a projetos de mobilidade e intercâmbios nacionais e internacionais.

De destacar a acessibilidade dos/as jovens portadores de deficiência também a experiências de ENF.

- **Na área cultura** foi sugerido um maior investimento e promoção da cultura, enquanto estímulo do pensamento crítico, junto do público mais jovem.

Pretende-se generalizar e democratizar o acesso dos jovens às diferentes formas de expressão artística promovendo a formação de novos públicos e novos agentes culturais, bem como promover e facilitar a frequência no Ensino Artístico.

Foi sugerido promover e generalizar práticas culturais por parte dos jovens, facilitando o acesso à cultura e a equipamentos culturais, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias (parceiros fora da rede cultural, ex<sup>o</sup> transportes/Passes; parcerias entre vários parceiros com oferta cultural...). Pretendem-se maiores apoios às áreas culturais como teatro, dança, música e criação de estruturas de apoio ao trabalho artístico, bem como a promoção da cultura tradicional e criação de espaços de aceleração de projetos de inovação social e cultural (incubadoras de projetos e startups).

- No domínio do **desenvolvimento sustentável e inovação**, surge a questão do ambiente evidenciando a necessidade da promoção de adoção de práticas amigas do ambiente, como sejam as questões da mobilidade, dos modos de transporte sustentáveis, os modos de produção, a reciclagem, desperdício zero e a eficiência energética. É ainda apontado o investimento de ações **na escola ou fora desta**, como sejam campanhas e jornadas de educação e sensibilização. (ex<sup>o</sup> troca de vasilhame de plástico por produtos sustentáveis).

Foi ainda dado enfoque ao desenvolvimento de economia local mais sustentável.

- No que respeita à **Inclusão e Igualdade** foi destacado o urgente **combate à pobreza e proteção social**, nomeadamente, o reforço das equipas sociais e a Intervenção em bairros sociais. Assim como maior atenção na atribuição de apoios sociais e a alguns aspetos legais, como sejam:
  - ✓ Não penalizar as famílias beneficiárias de apoios, com a entrada dos jovens no mercado de trabalho sempre que estas sejam atividades pontuais ou de part-time com remuneração inferior ao ordenado mínimo;
  - ✓ Travar o cancelamento de bolsas a jovens bolseiros na situação anteriormente descrita; Do mesmo modo não penalizar estes jovens em termos de direitos de proteção social (ex<sup>o</sup> ADSE);
  - ✓ Na área da deficiência o reforço de Integração e inclusão com pessoas portadoras de deficiência;
  - ✓ Promoção da igualdade de género.

- No que respeita à **diversidade cultural e minorias** foi referido o desenvolvimento de programas específicos que promovam a inclusão de grupos específicos (ex<sup>o</sup> jovens de refugiados), assim como a integração profissional dos mesmos. Foi igualmente referenciada a necessidade de fiscalização das condições de trabalho dos jovens migrantes, assim como o acompanhamento jurídico e formação em áreas específicas de capacitação.

Foi referenciado ainda o potencial da cultura e da manifestação artística como modos de inclusão das diferentes minorias, assim como valorizar saberes, costumes e outros aspectos culturais;

Foi ainda identificada a necessidade de criar equivalências de ECT para jovens pertencentes a "minorias" que valorizem o conhecimento identitário.

- Na área da **Justiça e Direitos humanos** é destacada a necessidade do cumprimento efetivo da lei laboral, a promoção da conciliação entre a vida pessoal e a vida profissional. É ainda amplamente registada a necessidade de maior consciencialização e ações preventivas dos direitos humanos.
- Na área da **inovação** surge a questão da desburocratização, assim como o investimento e promoção do empreendedorismo através de atividades nas escolas e associações e de formação.

Pretende-se um maior investimento na inovação do tecido empresarial, nomeadamente, nos setores tradicionais de economia rural e desenvolvimento de laboratórios de estudo de processos de inovação.

Referido ainda a necessidade de apoio a empresas em início de atividade, através da atribuição de espaços físicos e de benefícios fiscais.

- Na área do **Digital e Tecnológico** foi colocada em evidência a necessidade de uma plataforma que congregasse a informação dirigida aos/às jovens, colmatando desta forma, a dispersão de informação gerada pela transversalidade da área da juventude.

Foram solicitados apoios à criação de empresas de base tecnológica em territórios menos povoados; a implementação Centros de Recursos de Juventude com equipamentos tecnológicos disponíveis para os jovens; Potenciar o tecnológico a todas as áreas que dizem respeito aos jovens; aprofundar Intercâmbios como fonte de conhecimento e a criação de um Gabinete de Apoio à Iniciativa Jovem dentro da Escola.

É de sublinhar que, na discussão sobre possíveis apoios, os participantes enfatizaram a necessidade de evitar que sejam opacos, demasiado burocráticos, ou fracamente divulgados.

## 1.4 Sobre o impacto da pandemia na juventude

As questões associadas à saúde mental, e aos cuidados, apoios e atenção dados à mesma, encabeçaram este debate, ressaltando-se que este é um problema contínuo e não apenas derivado do período de pandemia, o qual exige um olhar e intervenção urgente.